

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 035ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE SETEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghelhere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 3072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, dos itens nº 1, 2, 4 e 5.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária dos itens 01, 02, 04 e 05. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a Sessão Extraordinária de hoje traz cinco itens para serem apreciados por nós.

Existe um requerimento do deputado Durval Amaral, pedindo que os cinco itens sejam analisados, em bloco.

Analizando aquilo que consta da Ordem do Dia, podemos observar que o item nº 01, projeto do deputado Luiz Accorsi, cria a Região Metropolitana de Paranavaí; item nº 02, projeto do deputado Orlando Pessuti, cria a Região Metropolitana de Apucarana, item nº 05, projeto do deputado Cezar Silvestri, cria a Região Metropolitana de Guarapuava. Portanto, três assuntos idênticos. E o item nº 04, projeto do deputado Luiz Fernandes Litro, cria o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, em Dois Vizinhos. São assuntos semelhantes, porque os quatro itens estão tratando da criação de organismos. Três deles, da Região Metropolitana de Guarapuava, Paranavaí, e Apucarana e um, a criação de um Núcleo. Então, trata da reestruturação administrativa do Estado.

Nós entendemos que estes quatro itens podem ser discutidos e votados numa única votação, num único encaminhamento. E que o item nº 03, do deputado Irineu Colombo, fique para um segundo escrutínio, porque trata da questão de incluir num nível PG7 os professores que obtiveram certificado até 30 de julho. Inclusive, a súmula não está bem completa, porque não diz que certificado conquistaram. Diz aqui: “que obtiveram certificado de” - deve ser de pós-graduação, pelo que me lembro - é assunto referente aos professores que fizeram pós-graduação nas faculdades de Jabuticabal a Batatais, se não me falha a memória.

Então, nossa proposta e me parece tem a concordância do líder, deputado Durval Amaral, é que façamos em dois blocos: num primeiro bloco, os itens 01, 02, 04, e 05, e evidentemente, num outro escrutínio, o item 03. Nós, inclusive, estamos encaminhando à Mesa um reque-

rimento propondo que sejam discutidos e votados em bloco os itens 01, 02, 04 e 05. Está chegando à Mesa, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já temos um requerimento sobre a mesa, de autoria do deputado Durval Amaral.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Eu solicito ao deputado Durval Amaral, se concordar, que faça alteração no próprio requerimento dele, que se encontra à mesa, e que nós poderemos votar em dois blocos: primeiro bloco, 01, 02, 04 e 05 e o segundo bloco, o item nº 03.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Poderia ser feito no próprio requerimento do deputado Durval Amaral, já que ele pede a votação em bloco, com exceção do item nº 03.

Colocamos em votação o requerimento do deputado Durval Amaral, que pede que seja votado em bloco os vetos, com exceção do item nº 03. **Aprovado.**

Votaremos, em primeiro lugar os itens nºs 01, 02, 04, e 05.

## ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a Região Metropolitana de Paranavaí, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 021/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 294/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Região Metropolitana de Paranavaí, constituída pelos municípios de Paranavaí, Alto Paraná, São João do Caiuá, Santo Antonio do Caiuá, Guairaçá, Terra Rica, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Mônica, Santa Isabel do Ivaí, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Paraíso do Norte, São Carlos do Ivaí, Tamboara, Nova Aliança do Ivaí, Guaporema, Amaporã e Inajá.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em

que aquela Pasta demonstra ser a medida contrária ao interesse público, e cujos termos, por mim retificados e adiante transcritos, fundamentam as razões deste veto:

a) reconhecemos a função urbana de Paranavaí e sua importância política, econômica, social e cultural para toda a região Noroeste do Paraná, porém não se configura para os municípios relacionados no projeto de lei a ocorrência de metropolização, mesmo porque é uma região cujos municípios, à exceção de Paranavaí, Loanda, Nova Londrina e São Carlos do Ivaí - são de base primária - e de reduzidas densidade populacional;

b) não se verifica a conurbação, ou a existência de vetores demográficos que conduzam a uma futura conurbação, pois há predomínio de municípios com baixa e média taxa de urbanização ou de maioria de população rural, e principalmente, a região perde população, com crescimento demográfico negativo, observado tanto em informações censitárias do IBGE (entre 1991 e 1996), como também em projeções demográficas do Iparde -...-;

c) também não há ocorrência sensível de movimento pendular diário da população economicamente ativa, bastante reduzida e restrita a atividades econômicas no próprio município;

d) finalmente, não há escala urbana mínima do município pólo ou do entorno, não configurando um aglomerado urbano passível de "integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum". (Constituição Federal, artigo 25, parágrafo 3º).

Ou seja, nenhuma das prerrogativas para a criação de uma região metropolitana são verificadas na região de Paranavaí.

Ademais, há problemas no projeto de lei acerca do contorno previsto para a definição de região excluindo-se os municípios de Mirador (que implicaria em uma descontinuidade interna da região) e Alto Paraná (município contínuo e urbanamente próxima a Paranavaí).

Nesse sentido, cabe refletir, conforme destacado em pareceres anteriores sobre a matéria, visto que a intenção política de instituição de regiões metropolitanas pode gerar uma perda de toda a sua eficácia ao ocorrer um desgaste tanto do termo região metropolitana (se tal intenção não estiver consubstanciada na realidade do fenômeno de metropolização de fato), como das diretrizes de planejamento urbano e regional do Estado do Paraná.

Assim sendo, somos de parecer contrário ao proposto no Projeto de Lei 375/2000, por não se identificarem ainda, para o entorno geográfico polarizado pelo município de Paranavaí, a ocorrência e a necessidade diretiva de institucionalização de região metropolitana".

Esse os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 375/2000 encontra-se publicado no DA nº 187/2000, de 13.12.2000, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 009/2001

**P A R E C E R :**

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a Região Metropolitana de Paranaíba, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 303/98, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que institui a Região Metropolitana de Apucarana, constituída pelos municípios que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 008/2001

Curitiba, 11 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 250/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 303/98, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo constituir a Região Metropolitana de Apucarana, composta pelos municípios de Apucarana, Bom Sucesso, Cambira, Califórnia, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi e Rio Bom.

A negativa de sanção do projeto de lei complementar em referência, decorrer de pareceres da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, os quais apresentam argumentação de ordem técnica demonstrando ser a medida contrária aos superiores interesses públicos, entre outros aspectos porque “o conjunto de municípios listados não se observa um explícito movimento de integração metropolitana, seja pela escala urbana intermediária dos municípios-pólo Arapongas e Apucarana, pelo inexpressivo movimento pendular urbano que envolva toda a região, pela predominância de municípios caracteristicamente rurais (dinâmica econô-

mica predominante, empregos, empresas, valor da produção, etc.), pela ausência de conurbação e densidade demográfica baixa, característico de reduzido grau de ocupação e uso do solo em setores e atividades urbanas” e ainda “cabe finalmente relatar, conforme já indicado em pareceres anteriores sobre o assunto, que não há, nos atuais processos de configuração e integração urbana no Estado do Paraná, novos contornos urbanos que configurem a necessidade de instituição de outras regiões metropolitanas, além das já recomendadas, aprovadas e definidas RM de Maringá, RM de Londrina e RM de Curitiba”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 303/98 encontra-se publicado no DA nº 167/2000, de 23.11.2000, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O projeto de lei complementar em questão, objeto de veto do governador, institui a Região Metropolitana de Apucarana, constituída pelos municípios que especifica.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

**ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 036/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que objetiva autorizar o governo do Estado do Paraná, a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 041/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 206/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 005/2000, por inconstitucionalidade, porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66,

inciso IV, da mesma Constituição e, ainda, porque desatende a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 005/2000 encontra-se publicado no DA nº 136/2000, de 10.10.2000, em Redação Final)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### Fundamentação

Sob o aspecto legal e constitucional, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 422/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 157/2001

Curitiba, 16 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 040/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 422/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo constituir a Região Metropolitana de Guarapuava, composta pelos municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Cândói, Foz do Jordão, Pinhão, Inácio Martins e Prudentópolis.

A negativa de sanção do projeto de lei complementar em referência, decorre do bem lançado pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, datado de 05 do corrente mês, onde é feita argumentação de ordem técnica demonstrando claramente ser a medida contrária aos superiores interesses públicos, cujos termos acolho e ratifico, fazendo deles as razões básicas do

veto ora aposto. Tal pronunciamento, como parte integrante desta decisão, é anexado por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 422/2000 encontra-se publicado no DA nº 035/2001, de 10.04.2001, em Redação Final)**

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E

### COORDENAÇÃO GERAL

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional

Curitiba, 05 de abril de 2001.

Projeto de Lei Complementar nº 422/2000, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava.

**P A R E C E R :**

Senhor Secretário:

Seguindo preceito do artigo 25 da Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, prevê no Capítulo III (Das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões), artigos 21 e 26, a instituição, por lei complementar, dessas três categorias de agrupamentos municipais, adequada às diretrizes de desenvolvimento do Estado, com previsão de recursos financeiros dos Estados e Municípios integrantes, previstos nos respectivos orçamentos anuais, além da participação dos municípios e representantes da sociedade civil organizada na gestão regional.

Para regulamentação da matéria, foi encomendada a esta Secretaria um estudo acerca da “Definição de Critérios para a determinação de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões”, concluído em outubro de 1991.

Conforme conclusões deste estudo e avaliações posteriores, como o parecer AJ 22/98 Comec, destacamos que um processo e interação urbana que caracterize o fenômeno da metropolização, se apresenta pela:

. Expansão do núcleo central: crescimento urbano em diversas direções, incorporando malhas urbanas sucessivas e formando grandes contínuos que já não se referem aos limites físicos - conurbação - gerando a necessidade de desenvolvimento de funções urbanas metropolitanas: Habitação, Saneamento e Meio Ambiente, Transporte Coletivo e Plano Turístico;

. Associação de processos econômicos: destaque às atividades urbanas (indústria, comércio e serviços), com elevado grau de diversificação e colocalização;

. Características demográficas: afluxo considerável de pessoas a essa região, com crescimento populacional bastante superior à média nacional e estadual, além do extravasamento do crescimento populacional do município central para as áreas limítrofes dos municípios vizinhos;

. Estrutura ocupacional: predominância da população economicamente ativa dos municípios da região metro-

politana em atividades urbanas cada vez mais diversificada, além de característico movimento pendular (casa-trabalho) diário de pessoas, que representem um percentual elevado da população ativa, entre os diferentes municípios.

. **Escala urbana mínima:** tamanho e crescimento da população urbana nos municípios envolvidos, com elevada densidade demográfica;

. **Cooperação em Serviços Urbanos Básicos:** necessidade conjunta de prestação de serviços urbanos básicos à população, gerando a articulação institucional para a execução de serviços públicos metropolitanos, geridos, financiados e fiscalizados pelos municípios membros.

Nesse sentido:

a) reconhecemos a função urbana de Guarapuava e sua importância política, econômica, social e cultural para toda a região Centro-Sul do Paraná, porém não se configura para os municípios relacionados no projeto de lei a ocorrência de metropolização, mesmo porque é uma região cujos municípios têm reduzida densidade populacional (Tabela 1) e são de base econômica primária e de serviços de apoio à atividade agropecuária (Tabela 2).

As exceções são os municípios de Pinhão, pela presença das Usinas Hidrelétricas de Foz do Areia e Salto Segredo, e de Guarapuava, com maior adensamento de serviços urbanos (ensino superior, saúde, reparação e manutenção, comércio, etc) pela função de centro regional e eixo comercial e de transportes;

**TABELA 01: Indicadores Demográficos dos Municípios PLC 422**

Município/Região	População		População Estimada	Taxa de Urbanização	Taxa de Crescimento		Densidade (hab/Km2)
	1996	2000			96/00	00/10	
Campina do Simão	4.985	4.363	3.707	28,9%	-3,28	-1,62	9,7
Candói	12.778	14.187	14.572	36,3%	2,65	0,27	8,7
Cantagalo	12.489	12.798	14.744	57,1%	0,61	1,43	23,3
Foz do Jordão	6.100	6.366	4.217	67,5%	1,07	-4,03	27,4
Goioxim	7.466	8.078	6.517	22,6%	1,99	-2,12	11,6
Guarapuava	150.850	154.990	183.052	91,3%	0,68	1,68	50,8
Inácio Martins	10.462	10.904	4.374	37,4%	1,04	-8,73	12,1
Pinhão	26.869	28.869	30.092	47,4%	1,81	0,42	14,7
Prudentópolis	46.403	46.323	41.400	39,4%	-0,04	-1,12	18,8
Turvo	13.833	14.531	11.519	28,8%	1,24	-2,30	15,5
Região PLC 422	292.235	301.409	314.194	73,6%	0,78	0,42	23,4
Estado	9.003.804	9.558.126	10.550.170	81,4%	1,50	0,99	47,9

Fonte: IPARDES, IBGE, Paranacidade.

**TABELA 02: PIB (Produto Interno Bruto) dos Municípios PLC 422**

Município/Região	Distribuição Setorial do PIB			PIB (US\$)	PIB per capita (US\$)
	Primário	Secundário	Terciário		
Campina do Simão	ND	ND	ND	ND	ND
Candói	43%	5%	52%	46.446.563	3.428,04
Cantagalo	34%	5%	61%	25.582.889	1.913,03
Foz do Jordão	ND	ND	ND	ND	ND
Goioxim	ND	ND	ND	ND	ND
Guarapuava	9%	16%	75%	546.190.854	3.354,73
Inácio Martins	44%	13%	43%	28.457.464	3.414,62
Pinhão	12%	63%	25%	209.471.544	7.388,77
Prudentópolis	31%	8%	61%	54.217.888	1.185,66
Turvo	18%	40%	42%	31.521.456	2.350,94
Região PLC 422	15%	26%	59%	941.888.658	3.107,13

Fonte: IparDES, Paranacidade

b) não se verifica a conurbação, ou a existência de vetores demográficos que conduzam uma futura conurbação, pois há predomínio de municípios com baixa taxa de urbanização ou de maioria de população rural, e principalmente, não se verifica na região um transbordamento da população de Guarapuava em direção aos municípios vizinhos, mas, ao contrário, a cidade de Guarapuava atrai a população dos demais municípios pelas oportunidades de renda, emprego e condições de vida;

c) há uma escassa propensão e necessidade para o associativismo em operações de serviços públicos de interesse comum, conforme pode ser constatado pelos dados da Tabela 3, extraída do Perfil de informações Básicas Municipais do IBGE, sobre a ocorrência de Consórcios Intermunicipais. Esses dados explicitam que a intenção política de conformação de uma instituição regional para execução de serviços de interesse comum não refletem uma realidade objetiva de interesse e necessidade dos municípios da região;

TABELA 03: Ocorrência de Consórcios Municipais por Municípios e Setor - Municípios PL 422/00					
Município	Setor				
	Saúde	Educação	Habitação	Saneamento	Limpeza Urbana
Campina do Simão	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Candói	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cantagalo	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Foz do Jordão	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Goioxim	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Guarapuava	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Inácio Martins	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Pinhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Prudentópolis	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Turvo	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Região PLC 422	80%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: IBGE - Perfil de Informações Básicas Municipais.

d) os municípios da região também possuem uma carência em definição de instrumentos de planejamento municipal e gestão urbana, conforme apontado pela Tabela 4. Essa carência reflete a insipiência de planejamento e reflexão sobre as poten-

cialidades e estratégias de desenvolvimento na região. Há uma necessidade prévia de cada município buscar definir seus marcos regulatórios e projetos de desenvolvimento antes de almejar uma institucionalização de desenvolvimento municipal e urbano, que neste caso estaria fora de tempo e lugar;

TABELA 04: Ocorrência de Instrumentos de Planejamento Municipal e Gestão Urbana Municípios PL 422/00							
Município	Setor						
	Plano de governo	Plano Plurianual	Plano Estratégico	Plano Diretor	Lei de Zoneamento	Código de Obras	Código de Posturas
Campina do Simão	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Candói	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Cantagalo	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Foz do Jordão	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Goioxim	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Guarapuava	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Inácio Martins	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Pinhão	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Prudentópolis	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Turvo	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Região PLC 422	40%	100%	0,0%	10%	40%	50%	80%

Fonte: IBGE - Perfil de Informações Básicas Municipais.

e) Também não há ocorrência sensível de movimento pendular diário da população economicamente ativa, bastante reduzida e restrita a atividades econômicas no próprio município, sobretudo em atividades rurais;

f) Finalmente, não há escala urbana mínima do município-pólo (menos de 300 mil habitantes) ou do entorno (menos de 600 mil habitantes), não configurando um aglomerado urbano passível de “integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum”. (Constituição Federal, artigo 25, § 3º).

Ou seja, nenhuma das prerrogativas para a criação de uma região metropolitana são verificadas na região de Guarapuava.

Ademais, há problemas no projeto de lei acerca do contorno previsto para a definição da região pela inclusão do município de Prudentópolis, que mesmo sendo geograficamente limítrofe a Guarapuava, é ele próprio pólo de uma microrregião geográfica. Também, há a exclusão de municípios que, de acordo com o IBGE, compõem a região geográfica de Guarapuava, como Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e Porto Barreiro, bem como municípios recém-desmembrados dos municípios da região como Reserva do Iguaçu e Marquinho.

Nesse sentido, cabe refletir, conforme destacado em pareceres anteriores sobre a matéria, visto que a intenção política de instituição de regiões metropolitanas pode gerar uma perda de toda a sua eficácia ao ocorrer um desgaste tanto do termo região metropolitana (se tal intenção não estiver consubstanciada na realidade do fenômeno de metropolização de fato), como das diretrizes de planejamento urbano e regional do Estado do Paraná.

Assim sendo, somos de parecer contrário ao proposto no Projeto de Lei 422/2000, por não se identificarem ainda, para o entorno geográfico polarizado pelo município de Guarapuava, a ocorrência e a necessidade diretiva de institucionalização de região metropolitana. Tal posição é reafirmada pelo parecer enviado para atender pedido de consulta do líder do Governo na Assembleia Legislativa, em 19 de dezembro de 2000.

Recomenda-se para este, e outros casos semelhantes de agrupamentos regionais de municípios, uma composição nas ações exercidas pelo Estado no âmbito da Região Administrativa de Guarapuava e Associações dos Municípios. No caso dos municípios pleitearem uma organização intermunicipal para prestação de serviços básicos sugere-se a criação de consórcios municipais, ainda um caminho a ser longamente explorado pela região. Para a necessidade de articulação regional em torno de projetos de desenvolvimento e composição das iniciativas regionais, recomenda-se o fortalecimento e integração dos Fóruns de Desenvolvimento, como os já existentes na região: Fórum Permanente de Desenvolvi-

mento de Guarapuava, Turvo, Pinhão e Fórum da Associação de Municípios do Centro Sul do Paraná.

Atenciosamente,

(aa) WILHELM EDUARD MEINERS

Gerente de Desenvolvimento Regional

Economista

GILBERTO BUENO COELHO

Coordenador de Desenvolvimento Regional

Arquiteto e Urbanista

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 043/2001

### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 422/99 de autoria do deputado Cezar Silvestri, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**Em votação.**

### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Neste momento, então, apreciamos o bloco 01, 02, 04 e 05, que trata justamente da criação das Regiões Metropolitanas de Paranavaí, Guarapuava, Apucarana e a criação do Núcleo da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, em Dois Vizinhos?

### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Exatamente.

### O SR. ORLANDO PESSUTI

Neste sentido, peço aos senhores deputados que votem com a cédula “não”, para que possamos manter estes projetos, que são de grande importância para o interior do Estado do Paraná.

### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para a primeira votação, em relação aos itens 01, 02, 04 e 05.

### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

Quarenta e sete deputados votaram, senhor presidente.



O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos os deputados: Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso e Carlos Simões, para que façam a contagem dos votos.

(**É feita a contagem dos votos**)

Atenção, senhores deputados, para o resultado:

47 senhores deputados votaram:

02 - branco; 02 - nulo; 27 - não; 16 - sim.

**Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.**

Agora, vamos votar o item nº 03.

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo Estadual a incluir no nível PG 7 os professores que obtiverem certificado de até 30 de julho de 1999 e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 043/2001.

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 296/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 404/99, por inconstitucionalidade, porque, ensejando vantagens a servidores públicos e não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso I e II, da mesma Constituição e, ainda, porque desatende a Lei Complementar Federal nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nºs 404/99, encontra-se publicado no DA nº 190/2000, de 14/12/2000, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO -VETO Nº 030/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo Estadual a incluir no nível PG 7 professores que obtiverem certificado de até 30 de julho de 1999, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Convido o 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada nominal dos senhores deputados, para depositar o seu voto no item nº 03.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na quinta-feira, fiz uma questão de ordem, com relação à Comissão Especial, criada pela Assembléia, para investigar as denúncias em relação às universidades estaduais. O deputado Hermas Brandão deu prazo até hoje para indicação. Se assim não for, amanhã o presidente vai indicar.

Então, gostaria de pedir a V. Exa.: como estão as indicações? Quem indicou e quem ainda não indicou?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Durante a Sessão, conversamos com a assessoria da Mesa; apenas o PT não havia indicado, e os quatro pequenos partidos também fizeram a sua indicação.

O SR. NEREU MOURA

Já fizeram?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já fizeram a indicação.

O SR. NEREU MOURA

Então é o PT que está retardando a indicação da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Talvez já tenham até indicado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaríamos que V. Exa. oficialmente nos informasse sobre dois votos que foram anulados.

Segundo informações que obtivemos, extra-oficiais, foram anulados porque dentro dos envelopes existiam duas cédulas “Não”.

Então, gostaria de saber de V. Exa. se procede essa informação, porque a mim parece, que pode o deputado ter votado “não”, com a intenção de votar “não”, sem a intenção de colocar duas cédulas, porque sabe que não vai contar duas cédulas! Pode ser que duas cédulas estavam grudadas e acabaram sendo colocadas duas cédulas de uma só vez.

Eu entendo que isso não seria motivo para se anular o voto. Na minha avaliação, deveria se contar o voto “não”, sem que ele fosse declarado nulo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente, sempre que houve votações aqui, que eu secretariei, quando tem dois votos, os contadores dão como nulo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas as cédulas não eram conflitantes, portanto deveria ser contabilizada apenas uma cédula.

A intenção ficou clara que o voto era “não”. Não era uma cédula “não” e uma “sim”, dentro do mesmo envelope. Então, entendendo essa questão, não poderiam esses votos serem anulados.

Recorro à decisão de V. Exa., e, se esse for o seu entendimento, entendemos que nós deveríamos proceder um novo escrutínio porque dois votos na minha avaliação, foram anulados de forma irregular.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Orlando Pessuti, a Presidência recebeu da 1ª Secretaria o comunicado de 2 votos brancos e 2 votos nulos. E o secretário me informa agora: nós vamos conversar ainda com a Comissão, que constava 2 votos em uma cédula. Se consta 2 votos em uma cédula, o voto terá que ser considerado nulo. Não tem como dar validade a um voto quando tenho 2 cédulas em uma sobre-carta. Não existe como!

Esse é o entendimento desta Presidência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeito. Solicito a V. Exa. que nos forneça também a relação dos parlamentares que participaram da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Irá receber.

Convido o secretário para fazer a chamada dos senhores deputados para votar no item nº 03.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede à chamada nominal, para votação)**

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Naquela questão de ordem, levantada pelo deputado Orlando Pessuti, com relação aos dois votos que foram anulados. Eram duas cédulas NÃO que estavam no mesmo envelope, ou seja, as cédulas não eram conflitantes. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não eram conflitantes, eram NÃO.

O SR. CEZAR SILVESTRI

E a interpretação de V. Exa. foi pela anulação dos votos?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não da Presidência. A Comissão anulou os votos e a Presidência entende da mesma forma, que não é concebível que tenhamos dois votos em uma sobre-carta.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas você anula o voto. Não é para dois votos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas é possível, senhor presidente, que a intenção do voto, o deputado pode ter pegado e uma cédula ter ficado grudada com a outra.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Cezar Silvestri, nós temos votos válidos, nós temos votos brancos e votos nulos.

Quando é que se anula um voto? Você anula um voto se você tem mais do que um voto, senão, é um voto branco. Ou voto favor, ou voto contra, ou voto-nulo - quando tem mais do que um voto - ou voto em branco; não existe outra forma de anular um voto. E nós já decidimos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Normalmente um voto se anula quando tem um SIM e um NÃO. Quando um deputado quer anular um voto, ele pega um SIM e um NÃO para que seja nulo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas são dois votos, deputado Cezar Silvestri!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Só se computa um voto, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, mas aí não justifica.

O SR. CESAR SILVESTRI

Bom, só quero que fique registrado. Então, eram duas cédulas NÃO, iguais, duas cédulas iguais, que estavam no envelope. V. Exa. confirma isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É o que a Comissão me passou. Se a Comissão me passou, eu devo confirmar.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)**

Até concordo com a posição do deputado Cezar Silvestri, mas acredito que o deputado tenha que ter o cuidado de cuidar do voto, porque temos até dificuldade de organizar a votação aqui, às vezes.

**(Continua chamada nominal dos senhores deputados para a votação).**

Quarenta e cinco deputados votaram.

Nove ausentes.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)**

Convido os deputados Nereu Moura, Nelson Tureck e Fernando Ribas Carli, para que façam a contagem dos votos.

**A SRA. LUCINA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o Partido dos Trabalhadores está indicando o deputado Ângelo Vanhoni para compor a CEI das Universidades. Já está chegando Ofício à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)**

Será anotado. E desta forma, todos os Partidos indicaram os seus componentes.

Enquanto os deputados Nereu Moura, Fernando Ribas Carli, e Nelson Tureck, fazem a contagem dos votos, nós vamos ler os integrantes da Comissão Especial de Investigação.

O PMDB indicou os deputados Nereu Moura e Ademir Bier; o PTB indicou o deputado Takayama, e Custódio; o PFL indicou o deputado Nelson Tureck e Chico Noroeste; o PSDB indicou o deputado Sérgio Spada; o PPB indicou o deputado Fernando Ribas Carli; o PT indicou o deputado Ângelo Vanhoni; o PSL indicou o deputado Antônio Belinati; os quatro partidos: PDT, PL, PPS e PSB, indicam o deputado Moysés Leônidas.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de comunicar aos deputados integrantes da CPI do Rio Iguaçu, para uma reunião amanhã na sala das comissões, às 13 horas. Nós precisamos proceder a instalação desta CPI. Acho que os partidos têm conhecimento dos membros, mas pela indicação que recebi da mesa, devam ser os deputados Renato Gaúcho, Tony Garcia, Luiz Carlos Martins, Cleiton Kiesel, Nelson Garcia, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Orlando Pessuti e Caíto Quintana. Salvo alguma dúvida de informação, são estes os integrantes.

Amanhã, às 13 horas, na sala das Comissões, instalação da CPI do Rio Iguaçu.

Por outro lado, senhor presidente, eu queria chamar a atenção dos senhores parlamentares para que amanhã nós estejamos em plenário, que deve votar propostas, algumas propostas, as que forem possíveis pelo tempo de discussão, amanhã numa Sessão Extraordinária, proposta de revisão constitucional.

Após a Sessão Ordinária, portanto, a primeira reunião de votação das emendas de revisão constitucional. Como existe quórum qualificado para isto, chamo a atenção dos senhores parlamentares que, como nós instituímos um processo de revisão constitucional, o quórum é maioria absoluta, portanto são 28 votos, não é emenda.

Então, todos presentes, por que são assuntos da maior importância que vão mudar inclusive dispositivos da nossa Constituição.

Era o comunicado que eu queria fazer a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Só quero lembrar ao deputado Caíto Quintana que amanhã há reunião da CCJ e é sempre na sala das comissões, e às 13h30min.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Mas eu acho que dá tempo. Estamos apenas fazendo a instalação dessa CPI para começar a definir os quadros.

Portanto, 13 horas é mais uma razão para não atrasar.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Resultado da votação: quarenta e cinco senhores deputados votaram - um, branco: um, nulo: dezessete, não: vinte e seis, sim.

**(Está mantido o veto e rejeitado o projeto)****O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero fazer um comunicado à Casa, conforme requerimento já votado na semana passada e aprovado pelo Plenário, o Grande Expediente de amanhã, terça-feira, será utilizado pelo representante da APP Sindicato e representante de diretores de escolas do Paraná, conforme aquilo que já foi acertado anteriormente na comissão de educação e por um requerimento aprovado pela Casa, pela maioria dos senhores parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente aprovado e a Mesa e a Presidência farão cumprir o que o Plenário decidiu.

Só queremos lembrar aos senhores deputados que, logo após a Sessão Ordinária de amanhã, teremos uma Sessão Extraordinária em relação à reforma da Constituição.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 26, logo após ao término da Sessão Ordinária com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - das Proposições nºs 012, 020/ 99, 082, 083 e 084/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 379, 380 e 399/2001.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2000.

Levanta-se a Sessão.

### **Ato da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 294/2001**

Retificar o Ato da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa nº 358/99, datado de 09 de setembro de 1999, que passa a constar nos seguintes termos:

Conceder, aposentadoria a pedido, a ADELINA SPIES DE ARAÚJO, matrícula nº 40074, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, nos termos do artigo 8º, inciso I, letra “b”, da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o art.140, inciso I, da Lei de nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo e três (três) quinquênios, de acordo com o artigo 170, parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, e conforme o que dispõe o inciso XVI, do artigo 27, da Constituição Estadual.

(Prot. nº 361/99, de 13.01.99)

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 14.09.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
VALDIR ROSSONI - 1º Secretário  
ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário